

AS REGIONALIZAÇÕES COTIDIANAS PELAS REDES E INTERAÇÕES SOCIAIS DOS QUILOMBOLAS DE SÃO JOÃO E SANTA CRUZ - PARANÁ¹

Tanize Tomasi Alves²
Cicilian Luiza Löwen Sahr³

Resumo

O fluxo contínuo de desfazer e estabelecer relações, práticas e interações sociais distintas e diferenciadas observado na vivência dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz (Ponta Grossa-PR) e São João (Adrianópolis-PR) com outros sujeitos sociais, quilombolas e não-quilombolas, faz acreditar que estes se transfiguram em suas regionalizações cotidianas. Assim, o objetivo da presente pesquisa é comparar as regionalizações cotidianas destas duas comunidades através de seus quadros de experiência social – encontros/desencontros e laços/desconexões. As situações sociais encontradas revelaram novas formas de inter-relacionar-se e expressões sociais que contextualizam a vida quilombola para além dos limites da comunidade.

Palavras-chave: Diferenciação espacial. Interações sociais. Regionalizações cotidianas.

Introdução

Constata-se abordagens que vinculam o fenômeno dos quilombos as vivências conectadas as tradições e continuidade da história afrodescendente como expressão de resistência ao exterior. Há as que empreendem um verdadeiro inventariar do quilombo contemporâneo, alicerçado na memória ancestral (ANJOS, 2006, 2009). As que abordam o território como garantia da especificidade do grupo e do controle do espaço (CARRIL, 1997; ALMEIDA, 2015). Ou ainda as que reforçam uma “etnicização” de formas de vida encaixadas exclusivamente na ancestralidade e na reminiscência (ARRUTI, 2006). Por fim, têm-se ainda aquelas que enquadram os grupos estudados na categoria vivida “quilombola” do Estado, que conectam supostas “tradições” e “interpretações” para definir os quilombos como “grupos étnico-raciais” com “relações territoriais específicas”, explicitando no contexto a “ancestralidade negra relacionada com a resistência à opressão histórica sofrida” (BRASIL, 2003).

¹ O artigo é um fragmento da tese intitulada “O comportamento relacional nos processos regionalizadores cotidianos: um estudo comparativo entre os quilombolas de São João e Santa Cruz – PR” de autoria de Tanize Tomasi Alves, defendida no ano de 2017 no Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná, sob orientação da Prof.^a Dr.^a Cicilian Luiza Löwen Sahr.

²Doutora pelo Programa de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Federal do Paraná. mauricioetanize@hotmail.com.

³Professora dos Programas de Pós-Graduação em Geografia da Universidade Estadual de Ponta Grossa e da Universidade Federal do Paraná. cicilian@uol.com.br.

Neste artigo, adotamos uma investigação do fenômeno tradicional dos quilombos endossada na questão vivida pelas novas formas de vida e sociabilidades encaixadas nas relações sociais dos sujeitos quilombolas com outros sujeitos, na abertura de espaços de vida como novas estratégias de resistência e autonomia. Nesta abordagem a resistência não se dá ao exterior, como “puro” ou “impuro”, mas na promoção dos sujeitos quilombolas para efetivarem seu poder ao articularem seus espaços de vida. Tem-se, desta forma, a sustentação da formação de um quilombo não estrito a área (em si), mas sim as interações daqueles que o fazem tal qual um quilombo.

O objetivo da presente pesquisa é comparar as regionalizações cotidianas (WERLEN, 2000) pelos quadros da experiência social (GOFFMAN, 2012) – encontros/desencontros e laços/desconexões (BOTT, 1976; SLUZKI, 1997). Para isso, utiliza-se o método da comparação em fusão ao regional que tem na diferenciação espacial a construção de uma análise da ação social dos sujeitos quilombolas de duas comunidades paranaenses, relativamente distantes (300 quilômetros) – São João e Santa Cruz. A partir delas se analisam as relações sociais, interações e práticas sociais desiguais e diferenciadas no espaço. Em campo a observação-participante possibilitou estar e observar o contato face a face nos principais momentos de interação em que os sujeitos quilombolas estiveram disponíveis ao contato com outros sujeitos sociais externos.

A constatação de redes sociais quilombolas sustenta a tese de que o diferente não é uma singularidade (tradição, resistência ao exterior) da vivência e experiência dos sujeitos quilombolas. Trata-se de uma complexa trama, em que a rede social é uma escala fluída de resistência ao poder instituído (vizinhança divergente, disputa territorial e/ou a homogeneidade de laços), que dá poder aos sujeitos quilombolas e os desafiam, em parte, a superar o deslocamento social que lhes é imposto.

Na estruturação do artigo, a primeira seção destaca os principais eventos que tornam os sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz acessíveis para o contato face a face com outros sujeitos externos (quilombolas e/ou não-quilombolas), revelando os entrelaçamentos que projetam-se sobre o contato contínuo. Na segunda seção demonstra-se que em torno dos laços sociais efetivam-se fluxos pela conexão/desconexão que transpassam as comunidades e articulam espaços próximos/distantes, contínuos/descontínuos como estratégias de resistência e autonomia dos espaços de vida quilombola. Por fim, essa articulação espacial fluída revela os processos regionalizadores cotidianos dos sujeitos de São João e Santa Cruz.

Articulações espaciais em rede: laços e eventos de interação social

A condensação social quilombola – São João e Santa Cruz –, está alicerçada ao núcleo familiar (parentesco). Em São João os sujeitos descendem de quatro dos oito filhos do casal fundador, tendo muitos entrelaçamentos matrimoniais entre si. No passado tais entrelaçamentos formavam o “Grande quilombo”: São João, João Surá e Córrego do Franco (LÖWEN SAHR et al., 2011). Atualmente a conexão destas comunidades quilombolas vizinhas se efetiva por resquícios de laços de parentesco dado a fragilidade dos laços de vizinhança (limitadores de mobilidade e interação: Parque e fazendas), mas ainda, por laços consistentes de amizade/afinidade e pela intensificação de laços políticos (luta identitária). A abertura da rede social de São João, todavia, se dá com o estabelecimento de novos laços matrimoniais com sujeitos externos de municípios paulistas próximos, como Barra do Turvo, e distantes, como Boituva e Cajati. Em Santa Cruz os sujeitos descendem de apenas duas filhas do casal antepassado, constituindo dois ramos familiares, cujo entrelaçamento matrimonial promove uma abertura maior para sujeitos de apenas um dos ramos. Nele se ativam laços afetivos com a comunidade quilombola do Sutil e municípios vizinhos, como Irati e Ponta Grossa. Os sujeitos do outro ramo vinculam-se exclusivamente a sujeitos das colônias russo-alemãs, Lago e Quero-Quero.

Ampliam-se as redes com a inclusão de amigos, colegas de estudo e de trabalho, de relações baseadas em atividades sociais, culturais, políticas e religiosas. Ambas as comunidades acessam os centros urbanos próximos para atividades educacionais, com a convivência diária com sujeitos da vizinhança em transporte escolar coletivo e no ambiente escolar com outros sujeitos locais. Em São João deslocam-se exclusivamente para escolas de Barra do Turvo-SP desde o fechamento da escola na comunidade em 2010⁴. Em Santa Cruz o deslocamento efetiva-se até o Bairro Cará-Cará (Ponta Grossa-PR), o mais próximo da comunidade e acessível inclusive para empregabilidade.

Os laços tornam-se verdadeiros recursos sociais que ajudam os sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz a se virarem em condições de escassez, na resolução de problemáticas comuns como empregabilidade, cuidado às crianças, moradia, migração, desenvolvimento de atividades de trabalho, favores, eventos sociais, regularização fundiária e acesso a instituições religiosas. Também permitem a realização de rituais que reconhecem a

⁴ A escola funcionava com ensino multiserial das séries iniciais.

passagem da vida (aniversários, casamentos) e contribuem para a construção da memória afetiva. Abertas – através de um tecido interpessoal bastante estável, mas em constante transformação –, estas redes se convertem no centro de ligação de uma série de serviços conectados a outros serviços, em outros locais, superando a condição de isolamento espacial dos sujeitos quilombolas.

A soma de todas as relações que um sujeito percebe como significativas ou define como diferenciadas da massa anônima da sociedade corresponde à rede, um nicho interpessoal que contribui substancialmente para o reconhecimento do sujeito e para sua auto-imagem. A(s) rede(s) social(is) são/é definida(s) como todas ou algumas unidades sociais (sujeitos ou grupos) com os quais um sujeito ou um grupo está em contato. As pessoas mantêm contato em várias situações e durante certo período de tempo, embora nem sempre todos os membros da rede sejam mobilizados nas situações de interação, eles constituem membros potenciais para efetivarem o/um contato (BOTT, 1955; 1976). Pela intimidade das relações sociais, regularidade, cotidianidade e intrusão no passado, presente e futuro compara-se as redes com as famílias, embora os laços não se baseiem unicamente no parentesco (SPECK, ATTNEAVE, 1973).

A dinamicidade e a evolução da rede social estão relacionadas com cada uma das etapas normativas da vida de seus membros, pois a maioria dos rituais que reconhecem a passagem da vida – como nascimento, casamento ou a morte – inclui a participação da rede ativa. A rede social pessoal é o agregado daqueles com quem um sujeito interage significativamente em um processo constante de mudança (evolução histórica) ao longo do tempo de vida dos sujeitos (SLUZKI, 1998).

O sujeito, em um processo constante de estabelecer e quebrar elos ajuda a alterar o espaço, e, não se está apenas viajando através dele ou cruzando-o, também se está modificando-o um pouco (MASSEY, 2008). A ação de “visitar” é uma prática de envolvimento, um encontro. E é neste processo de estabelecer uma relação que o espaço é construído, bem como atravessado. Chegar a um novo lugar quer dizer associar-se, ligar-se à coleção de histórias que o entrelaçam, portanto, movimento e construção de relações toma/leva tempo. Assim, as especificidades do espaço são um produto de inter-relações – conexões e desconexões –, e seus efeitos (combinatórios). Portanto, se destaca o sujeito e suas trajetórias/histórias no espaço, tido como o fluxo de vida, onde se reflete uma simultaneidade de “histórias-até-então”.

Embora esses grupos oficialmente sejam denominados “povos tradicionais”, nem por isso, obviamente, irão construir espaços/redes/regiões também “tradicionais” (forma zonal/contínua), forjados por um processo de (re)territorialização que defende quilombos supostamente como mais fechados, estáveis e conservadores. Demonstra-se, aí, que o isolamento do que é imposto como impuro para tais grupos tradicionais, na verdade é o permanente entrecruzar de trajetórias que fazem de espaços “estrategicamente” abertos (ou de “clausura relativa”) “o verdadeiro campo para, ao mesmo tempo, promover a batalha pela menor desigualdade e o embate de diferenças na eventualidade dos encontros, condição *sine qua non* para a emergência do efetivamente novo” (HAESBAERT, 2014, p. 102).

A necessidade, imposição ou coação das políticas do Estado para estabelecer grupos/comunidades quilombolas em uma coesão social voltada para sua “história afrodescendente” ou pela “resistência” ao exterior, a qual poderia servir como fundamento para seu reconhecimento legal, conforme Tomasi, Löwen Sahr e Sahr (2016), revela-se em “transgressões” a esta. Seus relacionamentos em rede e processos regionalizadores expressam a construção ininterrupta de um espaço aberto às novas conexões/desconexões e articulado a outros espaços de vida para além da comunidade.

Os espaços pelos quais os sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz se movimentam, os lugares de encontro, as conexões com o exterior são diferentes. Eventualmente se percebe que essas relações estendem-se cada vez mais pelo espaço. As relações econômicas, políticas e socioculturais, cada qual cheia de poder e com estruturas internas de dominação e subordinação, ampliam-se para espaços próximos e distantes em todos os níveis.

Transpondo os contornos de uma política espacializada (aniquilação/amortecimento do espaço pela lógica econômica do capital ou pelos interesses políticos), Smith (2000) revela a importância da escala, ou seja, da construção do espaço em escalas diferentes. Essa perspectiva rompe com a ideia de que a escala é como blocos (congelada) de uma política espacializada e a projeta como uma produção ativa de um processo de luta política intensa. Diante disso, a noção de “salto de escalas” (*jumping scales*) serve como estratégia política para burlar e desafiar a atual estrutura de poder, pois sujeitos/grupos sociais em desvantagem em uma escala buscam, como resposta, atingir seus objetivos recorrendo a sujeitos ou instituições em uma escala diferente, na esperança de transformar o equilíbrio de poder em proveito próprio.

Os sujeitos quilombolas através das conexões/desconexões contraem a escala de controle oficial ou poder estabelecido – vizinhança divergente, diversidade de grupos sociais e étnicos, disputa territorial, desvinculação político-identitária –, organizam-se e lutam em escalas cada vez mais amplas. Saltar escalas⁵ conforme Smith (2000) permite aos expulsos dissolver as fronteiras espaciais (ou os muros e cercas) que são em larga medida impostas de cima e que detêm, em vez de facilitar, sua produção e a reprodução de vida cotidiana. Segundo o autor, a caracterização de uma escala teria como um dos seus aspectos principais, a identificação de “possibilidades políticas de resistência inerentes à produção de escalas geográficas específicas, a revogação de fronteiras, o ‘saltar escalas’” (p. 144). Portanto, a construção da escala é um processo social que ocorre em estruturas geográficas de interação social.

O ambiente social imediato, ou seja, as condições espaciais diferenciadas para os sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz, possibilita relacionamentos reais externos com uma multiplicidade de sujeitos e grupos sociais. A comunidade de São João limita-se fisicamente com o Parque Estadual das Lauráceas, uma área de preservação permanente que projeta uma vizinhança com baixa concentração populacional e instabilidade, pois o rodízio de proprietários e o fluxo de sujeitos tem sido constante – fazendeiros, sitiantes, grileiros, assentados e palmiteiros. Tal fato impossibilita laços consistentes e a existência de um fluxo para o Estado do Paraná, mas em contrapartida contribui para a constituição de uma rede social que se expande consideravelmente por espaços descontínuos paulistas (próximos e distantes). Pela existência destes fatores inibidores, verifica-se certa imposição de convivência entre as comunidades quilombolas paranaenses vizinhas, que é alimentada pela busca intensa de reconhecimento político. Isso faz com que os quilombolas vivenciem relações institucionais por meio do entrelaçamento com associações identitárias de maior amplitude no Estado do Paraná, como a FECOQUI⁶ e a COAQUIVALE⁷.

No caso de Santa Cruz, há uma convergência, pois os sujeitos quilombolas cresceram em uma mesma vizinhança compartilhada com a maioria de seus parentes, amigos e colegas de trabalho, que também nasceram nesta ou pelo menos se estabeleceram há um período considerável de tempo, constituindo assim, segundo Bott (1976), uma rede social de “malha

⁵ Para Smith (2000) as escalas que podem/devem ser saltadas através de possibilidades políticas de lutas e resistências sociais são: corpo, casa, comunidade, espaço urbano, região, nação e fronteiras globais.

⁶ Federação das Comunidades Quilombolas do Paraná.

⁷ Comitê das Associações Quilombolas do Vale do Ribeira – Paraná.

estreita”. A área rural de localização da comunidade, entre Ponta Grossa e Palmeira-PR, constitui uma vizinhança com distintos grupos étnicos, como russo-alemães (Colônia Quero-Quero, do Lago e Witmarsum), russos (Colônias Santa Cruz I, II e III), italianos (Comunidade Tabuleiro), poloneses/caboclos (Faxinal dos Polacos e vila rural de Guaragi) e quilombolas (Comunidade Quilombola do Sutil).

Os sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz têm relacionamentos sociais de convívio intenso com parentes e vizinhos, sendo mantido o contato com estes através de eventos de interação social – ocasiões sociais e ajuntamentos. As ocasiões sociais revelam situações previamente programadas, com local, convite e tom para o evento que irá acontecer. Para São João observaram-se ocasiões internas como Festa do Biju, Culto Evangélico e reuniões políticas, todos os eventos realizados na casa do antigo líder quilombola⁸, com a participação de quilombolas residentes na comunidade, em Barra do Turvo-SP, assentados e sítiantes. Quanto às ocasiões externas foram observadas Festas de Casamentos e Aniversário, além de Feira e Excursões. Ambos os casamentos foram vinculados as igrejas evangélicas, um em Barra do Turvo e outro em Boituva-SP (FIGURA 01). O casamento de Boituva-SP contou, para além dos parentes, com vizinhos e amigos boituvenses e com o longo deslocamento de quilombolas da comunidade em excursão. Já o de Barra do Turvo, próximo à comunidade, teve a participação inexpressiva de quilombolas da comunidade, embora tenha empreendido deslocamento de quilombolas de Boituva e Barra do Turvo, que se juntaram a grande maioria dos participantes que eram os membros da igreja. A festa de aniversário, realizada em Iperó, município vizinho a Boituva-SP, mesmo ocorrendo em período de visitação dos sujeitos quilombolas da comunidade, não teve adesão destes, apenas a presença dos vizinhos e parentes boituvenses.

⁸ O cargo de líder era extraoficial, constatado pelo envolvimento político deste.

Figura 01 – Eventos de interação social quilombola – São João e Santa Cruz/Paraná



Org.: As autoras.

Em Santa Cruz os eventos internos são mais recorrentes e a comunidade dispõe de infraestrutura comunitária (Pavilhão de festas, quiosque de bebidas, coreto de música e capela) para festas e reuniões. Entre os eventos, destacam-se: Festa do Padroeiro Senhor Bom Jesus, Festa do Pastel, Festa de aniversário, Missas e cultos católicos. Esses eventos contam com a presença diversificada de sujeitos externos da vizinhança e municípios vizinhos como Irati e Ponta Grossa-PR. Nestas ocasiões sociais, pré ou durante o evento, os sujeitos quilombolas demonstraram-se profundamente envolvidos em atividades com parentes, vizinhos e amigos, sejam eles associados ou não a capela que dispõe da infraestrutura. Algumas das atividades recorrentemente são executadas exclusivamente por sujeitos externos, e há também a doação de prêmios para o bingo e alimentos para serem vendidos. As ocasiões externas para os sujeitos de Santa Cruz ocorrem em eventos como: Festa da Integração, Festa do Padroeiro São Benedito e Trabalho de Exú. As duas primeiras se realizam na comunidade quilombola do Sutil em dois ambientes comunitários distintos, a associação de moradores e o pavilhão de festas/capela, revelando a multiplicidade de laços com estes sujeitos, além da parceira e colaboração na efetivação destes eventos. O Trabalho de Exú ocorre no terreiro de Umbanda e Candomblé no Bairro pontagrossense Colônia Dona Luiza. Trata-se de um entrelaçamento parental, religioso e afetivo (FIGURA 02).

Ajuntamentos sociais, cujo encontro ativa-se ao acaso entre duas ou mais pessoas, são mais frequentes com os sujeitos quilombolas de São João, que se deslocam diariamente para Barra do Turvo-SP e compartilham com os sujeitos quilombolas emigrados o hábito de

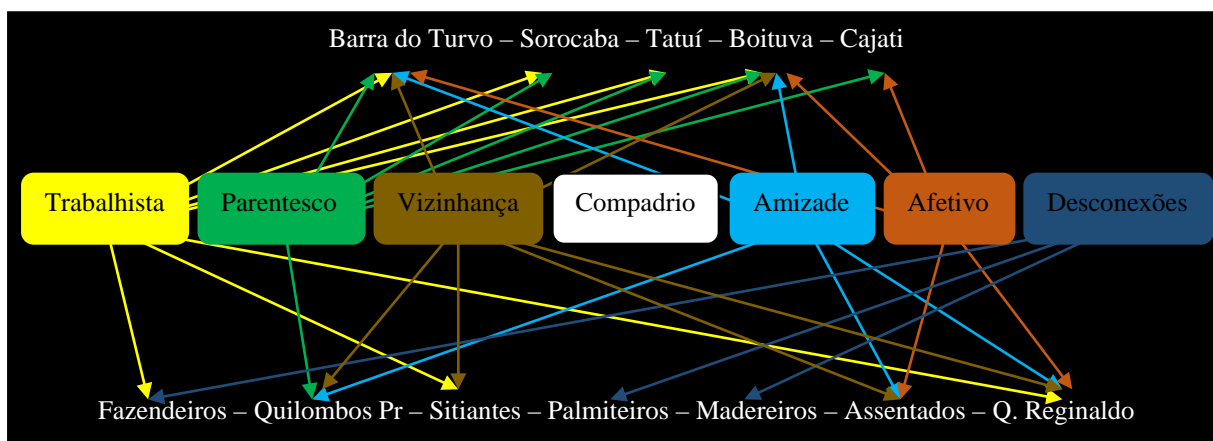
frequentar a praça central ou ainda o movimento pelas trilhas da comunidade. A imersão entre sujeitos externos possibilita a vivência de conversas informais. As reuniões políticas com o ingresso de sujeitos externos também são frequentes. Já com os sujeitos de Santa Cruz estas são mais raras e ocorrem com menor abrangência.

As ocasiões sociais, de forma singular, apresentam-se para os sujeitos quilombolas de São João como acontecimentos mais fechados, organizados entre amigos, conhecidos, participantes das igrejas evangélicas e parentes, com participação seletiva ou filtrada de sujeitos externos. Estas requerem ambientes internos (casa do então líder político) e externos (estabelecimentos comunitários urbanos). Da mesma forma, para os sujeitos quilombolas de Santa Cruz tais ocasiões reivindicam ambientes internos (Pavilhão de Festas e adjacências) e externos (estabelecimentos comunitários: principalmente no Tabuleiro, Sutil, Quero-Quero, Lago e Bairro Colônia Dona Luiza), porém, estas representam acontecimentos abertos, mesmo sendo ocasiões mais intimistas como a festa de aniversário a diversidade de sujeitos da vizinhança e a presença dos mesmos participantes revela a potencialidade para o contato com os membros de suas redes sociais. Estes eventos também são direcionados ao público em geral, com a provável participação de desconhecidos/desconectados. No entanto, acredita-se que tais sujeitos externos, passíveis de efetivar uma conexão, tenham sua origem no meio social imediato. A presença frequente de desconhecidos nos eventos sociais dos sujeitos de Santa Cruz amplia a possibilidade de expansão de suas redes sociais, mesmo que esta se mantenha na circunvizinhança.

Em contrapartida, pela ausência de estabelecimentos comunitários, aliada à constituição de agrupamentos urbanos, as ocasiões sociais festivas (principalmente casamentos), as peregrinações e as feiras vivenciadas pelos sujeitos de São João requerem ambientes extracomunidade, exclusivamente em municípios paulistas próximos, como a Barra do Turvo, e distantes, como Boituva, Sorocaba, Iperó, Aparecida, Tatuí e Cajati, o que intensifica e amplia o contato dos sujeitos quilombolas de São João com sujeitos externos. No caso dos eventos em Boituva-SP, a presença dos sujeitos de São João em suas estadias possibilita tanto reconexões com os sujeitos quilombolas emigrados quanto novas conexões, muitas vezes com os próprios sujeitos externos (não-quilombolas) inclusos nas redes sociais de seus parentes. No entanto, em Santa Cruz as ocasiões sociais justapõem momentos de interação com outros sujeitos durante e nos bastidores (pré e pós) dos eventos.

Para os sujeitos de São João o fluxo rural-urbano acessa uma rede de consanguinidade em outras cidades paulistas, manifestando uma trama mais extensa, porém mais descontínua. A disponibilidade para o contato face a face com sujeitos externos em grandes distâncias, transpondo as dificuldades de recursos financeiros, é indicativo da lealdade e potencialidade dos relacionamentos sociais na dinamicidade e evolução das etapas normativas da vida. A vizinhança divergente limita-se a poucos relacionamentos amistosos/afetivos (FIGURA 02).

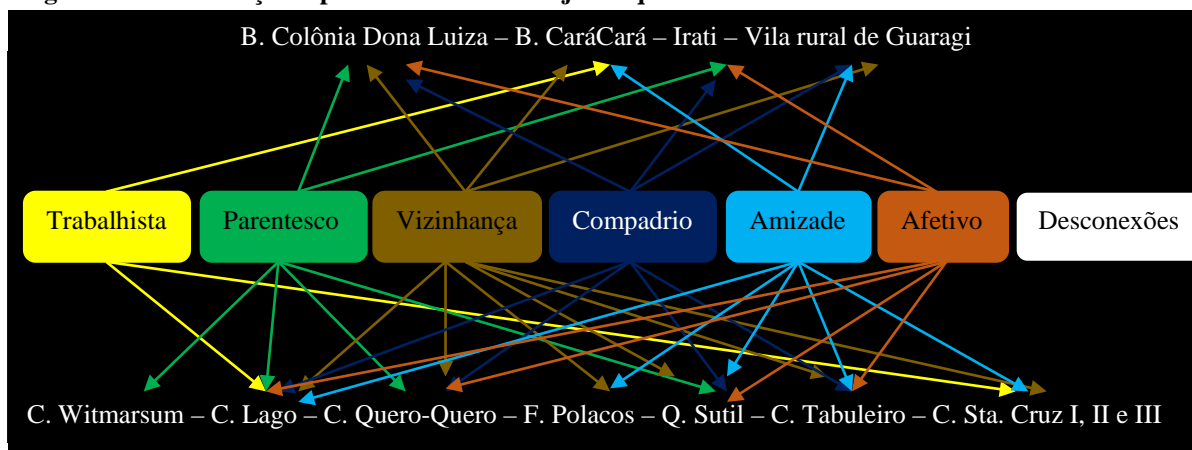
Figura 02 – Articulação espacial em rede dos sujeitos quilombolas de São João – Adrianópolis/PR



Org.: As autoras.

A sociabilidade dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz está baseada em vínculos ligados pela afinidade, em um entrelaçamento múltiplo com sujeitos sociais externos, seus vizinhos, parentes, amigos e colegas de trabalho. Estes solicitam e são solicitados pelos quilombolas em seus eventos festivos, ocasiões sociais religiosas, são membros da comissão da capela, compadres e padrinhos, parceiros de trabalho, empregados e empregadores (FIGURA 03). O entrelaçamento contínuo e intenso de vínculos sociais em redes (BOTT, 1976) com sujeitos sociais externos efetiva-se para os sujeitos quilombolas de Santa Cruz em uma trama reticular local sustentada pela densidade de vínculos com os vizinhos, criando com o terreiro urbano de Candomblé e Umbanda um fluxo urbano-rural (para as festas e ocasiões sociais) com uma horizontalidade fundamentada em táticas para permanecer (casamento e apadrinhamento/compadresco).

Figura 03 – Articulação espacial em rede dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz- Ponta Grossa/PR



Org.: As autoras.

Tanto para os sujeitos de São João, quanto para os de Santa Cruz, constata-se que os vínculos sociais efetivam-se pela sua potencialidade em transformar a afinidade/amizade, a vizinhança em “parentesco” e o parentesco entrelaçando-se também pela afinidade. No caso de Santa Cruz estes ainda são reforçados pelos laços indissolúveis do compadresco e apadrinhamento. Isso consequentemente contribui para um fluxo intenso de mão dupla na mobilidade e para o contato entre estes sujeitos sociais, que estarão para sempre ligados, pois são laços que não se desfazem. Mas as afinidades empreendidas pelos quilombolas aos seus vizinhos projetam o que Bauman (2004) aponta como nascimento da escolha, e nunca se corta esse cordão umbilical, pois é uma ponte que conduz ao abrigo seguro como do parentesco. Assim, a afinidade se entrelaça com a linhagem e se tornar indistinguível do restante da rede de parentesco, de tal modo que a afinidade de uma geração pode se transformar em parentesco na geração seguinte. No entanto, a escolha precisa ser reafirmada quase que diariamente, exigindo que novas ações continuem a ser empreendidas para confirmá-la. Caso contrário, a afinidade definhará, murchando e se deteriorando até se desintegrar. Por isso, vislumbra-se a reafirmação dos laços quilombolas na promoção de eventos nas comunidades e a integração de sujeitos externos, além da disposição de deslocar-se para eventos promovidos em espaços distantes.

Processos regionalizadores cotidianos nas estratégias de resistência e autonomia

Mudanças socioespaciais de expressão explicam os movimentos dos sujeitos quilombolas, de curta ou longa distância, associados aos laços das redes sociais que os perpassam e lhes imprimem consistência e estabilidade. Novos muros e cercas adquirem o efeito não propriamente de confinar – em áreas –, mas de barrar os fluxos, que acabam assim, por este simples efeito-barragem, buscando fluir por outro lado (HAESBAERT, 2014). O olhar aos processos regionalizadores pela perspectiva da articulação espacial do sujeito quilombola com outros sujeitos (região estratégica) se aplica a estes sujeitos que povoam as áreas periféricas, urbanas ou rurais, e que agora ganham visibilidade através de suas experiências sociais cotidianas que fogem do enquadramento do reconhecimento legal.

Uma “diferenciação espacial”, que abandona a região como área com fronteiras físicas ao redor (divisões demarcatórias/diferenciação de áreas), dentro de uma escala muito maior do que se costumou definir para os processos regionalizadores é projetada por Haesbaert (2010). Trata-se de uma região como espaços-momento que resultam efetivamente em uma articulação espacial consistente (ainda que mutável e “porosa”), complexa, seja por coesões de dominância socioeconômica, política e/ou simbólico-cultural. Discute-se a força espacial/regional, ao mesmo tempo articuladora e desarticuladora a partir dos sujeitos (socioeconômicos e/ou culturais) e interesses políticos envolvidos. Pois, muitas vezes é para ou em relação a apenas algum(ns) grupo(s) que a região efetivamente se constitui – e, nesse sentido, o que representa articulação para uns pode representar desarticulação para outros.

Destarte, não se define *a priori* uma escala, visto que, “[...] não é a escala que faz a região, mas a regionalização (enquanto ação ao mesmo tempo concreta e abstrata de criação de regiões) que define a escala a ser priorizada” (HAESBAERT, 2010, p. 155). Sendo a região estabelecida no fluxo contínuo de desfazer e estabelecer relações, tem-se que ela é um produto do contato. Para este autor, os processos de regionalização não podem ficar restritos ou presos a uma escala em particular. As escalas são socialmente construídas, altamente dinâmicas e mutáveis. Deixa-se de expressar magnitudes métricas como algo dado, existentes por si só, em que os fenômenos seriam encaixados e passa-se a lidar com os próprios processos e com os agentes desses, para então, fazer referência à construção das ações em torno das escalas (SOUZA, 2013).

Tanto Werlen (2000), quanto Haesbaert (2010) adotam a perspectiva da regionalização a partir do sujeito. A argumentação de Werlen (2000) aposta em uma perspectiva centrada na

ação, descartando o espaço como um ponto de partida em si mesmo e tendo o foco no sujeito corpóreo, a corporeidade do ator no contexto de condições subjetivas, socioculturais e materiais específicas. Busca superar a materialidade (mas sem abrir mão dela), incorporando a subjetividade (teoria da ação), embora sem reduzir ao caráter de signo, o que o prende a materialidade e faz com que este autor tematize o espaço como “*setting*” (cenário) sem imprimir o movimento da ação humana que pressupõem primeiramente no seu argumento teórico (MARANDOLA, 2013; LÖW, 2013).

Embora considere a centralidade na ação humana, Werlen (2000) reforça o argumento do espaço enquanto algo já estabelecido, independente das relações sociais. A experiência do movimento (do próprio corpo) é necessariamente reinterpretada como uma experiência do espaço, enquanto ato de atravessar/cortar territórios, relacionando a visão de espaço como exterior – tempo das descobertas, em que o espaço era conquistado, como uma superfície física.

Na proposição de Werlen (2000) o espaço manifesta-se como um padrão/quadro material de referência de componentes físicos e ao transferir a centralidade do espaço para o sujeito no fenômeno da regionalização prende-o a exigência de um traçado de fronteiras entre a ação do sujeito e uma área territorial (materialidade). Essa definição quase sempre foi reduzida à tarefa de traçar linhas em torno de um lugar. Uma região não pode ser definida *a priori*, por limites administrativos ou políticos. Nem o espaço e tampouco a região podem ser concebidos como um palco de realizações, pois o primeiro é fruto das relações, interações e processos, enquanto a região resulta do fluxo da articulação das relações sociais que se estendem pelo espaço. A região/regionalização é um elemento do processo espacial, de especializar e articular em redes suas espacialidades.

O itinerário das pessoas pelo lugar, seus refúgios favoritos e as conexões que realizam (fisicamente, pelo telefone, pelo correio ou na memória e na imaginação) entre esse lugar e o resto do mundo variam muito. Werlen (2000, p. 23) chama a atenção para as “regionalizações cotidianas” dos mundos da vida ressaltando que “cada sujeito está constantemente regionalizando o mundo através de suas ações”. Assim deve-se considerar como os sujeitos vivem o mundo e não somente em que mundo eles vivem, tornando óbvia a construção social de todo o tipo de regiões e desvinculando-a ao sangue e ao solo como justificativas da legitimação social.

O espaço como a esfera da interação (MASSEY, 2008) exige um envolvimento de copresença mútua dos sujeitos nas práticas e atividades sociais (GOFFMAN, 2012). A continuidade destas práticas e atividades resulta em estratégias de articulação espacial – espaços contínuos/descontínuos, próximos/distantes –, pelos laços das redes sociais (BOTT, 1976). Os relacionamentos de longo prazo dos sujeitos quilombolas em uma proximidade contínua, pessoal, direta, face a face, multifacetada e multiuso como expostas anteriormente, contribuem para originar seus processos regionalizadores.

A experiência de articular o espaço de forma reticular (escalas diferentes), muito mais pela descontinuidade e fragmentação (MASSEY, 2008), revela a autonomia e flexibilidade dos sujeitos quilombolas de São João e Santa Cruz de não categorizar-se entre os de “dentro” e os de “fora” da comunidade. No caso dos sujeitos quilombolas de São João, estes compartilham de um sistema de duas residências (um caso recente revela um sujeito quilombola com três residências), na comunidade e para além dela⁹, em locais próximos, como a sede do município de Barra do Turvo-SP, a comunidade quilombola Reginaldo (Barra do Turvo-SP) ou distantes como Boituva-SP, Tatuí-SP, Sorocaba-SP, Cajati-SP, São José dos Pinhais-PR e Chapecó-SC. Entre os sujeitos de Santa Cruz, que diferentemente possuem apenas uma residência, há uma complementação entre os que vivem na comunidade e os que residem em bairros periurbanos de Ponta Grossa-PR. Contudo, a frequência das idas e vindas dos quilombolas em ambas comunidades, aliadas à fixação extracomunidade por algum período e o posterior retorno, os impede de engessar a ideia de quilombo a um agrupamento de sujeitos que se fixaram na comunidade desde o nascimento, realidade que contemplaria poucos casos.

A estratégia residencial para os sujeitos quilombolas de São João justifica-se em parte pelas dificuldades de deslocamento experienciadas diariamente e intensificadas em algumas fases da vida como na escolarização, gravidez, doença e velhice pela necessidade de suporte para frequentar espaços sociais extracomunidade como acesso a serviços públicos e privados – escolas, hospitais, igrejas, pontos de comércio, serviços bancários ou ainda terras de plantar externas –, e eventos de interação social promovidos nestes. Também os que migram definitivamente para o centro urbano próximo contemplam a regra de ter uma segunda residência, no entanto, na comunidade quilombola, pois continuam mantendo áreas de plantações, contato social frequente e certa liderança (LÖWEN SAHR et al., 2011).

⁹ Assemelham-se muito às residências de São João na sua rusticidade.

A intensificação da mobilidade quilombola, especialmente com migrações, reforça a ideia de que um número crescente de sujeitos e famílias mudam de localização geográfica – às vezes de maneira reiterada ao longo do ciclo da vida familiar –, para locais em que já tenham laços efetivados, sobretudo, os de parentesco. Nesses locais revelam-se sujeitos-chave tanto para a migração, quanto para a integração dos recém-chegados ao seu próprio círculo de amigos e vizinhos, além da inserção nos mesmos ambientes de trabalho com indicação para empregos e oferta de moradia. Esta mobilidade, apesar de implicar em uma grande ruptura no nicho social do sujeito quilombola, ampara-se no fortalecimento dos laços de parentesco do núcleo familiar e na constituição de aglomerados urbanos em uma mesma vizinhança.

Os sujeitos quilombolas de São João criaram um ambiente de convivência intensa em bairros urbanos periféricos em Barra do Turvo-SP – quilombolas residentes na comunidade com 2ª residência neste local e a população idosa emigrante com 1ª residência –, e, em Boituva-SP – evasão da juventude das duas últimas gerações de sujeitos quilombolas –, cujo agrupamento ramifica-se para municípios vizinhos como Tatuí e Sorocaba. Para empreender um fluxo contínuo urbano-rural, destes municípios paulistas distantes para a comunidade quilombola de São João, amplia-se a mobilidade dos sujeitos quilombolas emigrados que se articulam em um sistema de caronas e viagens de ônibus coletivas em períodos de férias, feriados ou ocasiões sociais específicas.

Os sujeitos de Santa Cruz pela facilidade financeira e de acesso recorreram à emigração a um bairro periférico de Ponta Grossa, circunvizinho a comunidade, Colônia Dona Luiza, onde estabeleceram um agrupamento urbano. O estreitamento dos laços de parentesco permite a conservação de muitos segmentos de suas antigas redes sociais para apoio às necessidades pessoais e encoraja aos sujeitos quilombolas emigrados ao retorno contínuo para encontros sociais (e inclusive exercendo poderes), ou ainda, em muitos casos, para residir novamente na comunidade. Ainda que os laços das redes sociais dos quilombolas de Santa Cruz não os conduzam às grandes distâncias, a diversidade de ambientes sociais vivenciados extracomunidade demonstra sua fragmentação e extensão (mesmo que contida) pelo espaço. O que mais realça o cotidiano dos sujeitos de Santa Cruz é a multiplicidade humana (MASSEY, 2008) que lhes é disponibilizada por gerações para a construção de novos laços sociais, não dependendo exclusivamente de seu núcleo familiar. Cerca de dez comunidades étnicas localizadas na zona rural fronteiriça dos municípios paranaenses de Ponta Grossa e Palmeira, além de sujeitos sociais dos bairros periurbanos de Ponta Grossa-

PR, dos parentes de Irati-PR e das instituições sociais, compõe uma rede de relações com sujeitos externos passíveis de encontros e desencontros com estes.

Mas há também que se considerar a existência crescente do movimento da experiência social cotidiana dos sujeitos quilombolas a espaços extracomunidade com adesão a novas formas de sociabilidade – o professar simultâneo de religiões, as excursões para ambiente católico por evangélicos e católicos não-praticantes, os papéis em igrejas evangélicas, a participação em feiras, o convívio em praças e o participar de rituais no terreiro de Candomblé/Umbanda.

Em Santa Cruz constatou-se famílias que professam mais de uma religião simultaneamente, sendo a católica com maior frequência e através do exercício de papéis na comissão da Capela Senhor Bom Jesus dentro da comunidade – responsável pela execução da festa tradicional do padroeiro e participação em um sistema participativo e colaborativo nas festas de padroeiro (Santa Cruz e Sutil). A religião Evangélica com a participação em ambiente religioso na comunidade quilombola do Sutil. A região Luterana pela manutenção do contato com as colônias de origem dos homens russo-alemães que casaram com mulheres quilombolas e agora frequentam os ambientes religiosos externos com suas famílias. E por fim, religião Umbandista-Candomblecista, na qual alguns sujeitos quilombolas estimulados pelo laço matrimonial de um sujeito quilombola (atualmente Ogã) com uma Ialorixá transfiguraram a família parental pela família de santo (filhas e filhos) ao participar como membros da corrente do terreiro urbano de Candomblé e Umbanda com um fluxo cotidiano rural-urbano.

Em São João as ocasiões sociais religiosas (católica) de grande agrupamento de sujeitos sociais, como o terço e a recomendação das almas, transpuseram-se com a presença crescente de fazendeiros/sitiantes a partir de 1970 e a adesão de parte dos sujeitos quilombolas à religião Evangélica, de igrejas distintas de Barra do Turvo-SP, alguns assumindo cargos religiosos de destaque. Mesmo entre os remanescentes católicos¹⁰, atualmente não-praticantes, há a conexão momentânea aos eventos das igrejas Evangélicas por ser esta a única forma de vivenciar e experienciar sentimentos e práticas religiosas. Uma estratégia vinculada à igreja Evangélica permitia que o antigo líder¹¹, enquanto colaborador

¹⁰ A única igreja católica que existia na comunidade há alguns anos teve que ser desmanchada para evitar conflitos – estava alocada em uma área que passou a ser reivindicada por um sitiante. Desde então, na comunidade quilombola de São João não existem construções específicas para as práticas religiosas.

¹¹ Oficialmente não fora nomeado líder (e sim sujeito quilombola emigrado), mas sua atuação, engajamento e reconhecimento político tornava-o liderança, principalmente nos anos de 2009-2010.

da igreja, realizasse os cultos em sua própria residência¹², agregando sujeitos quilombolas, assentados e sitiantes. Para expressar sua religiosidade ainda, quilombolas católicos ou ex-praticantes católicos e evangélicos, residentes fora ou dentro da comunidade – Barra do Turvo, Sorocaba, Tatuí e Boituva-SP –, empreendem um fluxo (rural-urbano) frequente com peregrinações ao Santuário Nacional de Nossa Senhora Aparecida (Aparecida-SP).

Novos locais de sociabilidade extracomunidade estrategicamente projetam os “ajuntamentos sociais” – situações sociais de encontro promovidas ao acaso (GOFFMAN, 2010). A “Praça das Palmeiras” (central na área urbana de Barra do Turvo-SP) e a “Feira de New York¹³” (mercado semanal diversificado de utensílios e vestimentas) sustentam a convivência entre os sujeitos quilombolas que residem em São João e os que migraram. As conversas informais ou até negociações ao raiar do dia, início ou fim de tarde são agenciadas nos encontros face a face nos bancos da praça.

A liderança política também confirma um fluxo extracomunidade, com a integração dos sujeitos quilombolas emigrados enquanto líderes quilombolas – espaços de vida estrategicamente abertos. Em São João as duas últimas lideranças foram assumidas por sujeitos quilombolas que, apesar de manterem casas e roçados na comunidade, migraram permanentemente para a área urbana de Barra do Turvo-SP, onde tem sua primeira residência. Em Santa Cruz da mesma forma a liderança foi assumida, inclusive com renovação de mandato, por sujeito quilombola emigrado que reside em bairro periurbano de Ponta Grossa-PR. Apenas recentemente, por uma interação incipiente com a maioria dos quilombolas, este foi deposto do cargo e a liderança foi assumida pela primeira vez por sujeito quilombola residente na comunidade.

Além disso, como já destacado, muitas são as estratégias de controle dos fluxos, incluindo a influência de sujeitos externos em laços afetivos (matrimoniais). Gerações recorrentes de mulheres quilombolas de Santa Cruz de um único ramo familiar casando com homens russo-alemães das colônias Quero-Quero e Lago na constituição de novas famílias que se fixaram na comunidade de Santa Cruz. Três gerações de uniões matrimoniais aliadas a manutenção do contato com as colônias de origem tornaram apenas as mulheres quilombolas, então com sobrenome russo-alemão, potenciais para estes relacionamentos afetivos. Estes se

¹² Os cultos foram realizados na casa do então líder quilombola até o ano de 2010 quando sua atuação política-identitária foi confrontada ao de líder religioso na comunidade.

¹³ A nomeação quilombola para a feira em Barra do Turvo-SP em alusão a cidade norte-americana destaca-lhe como eventualidade de grande porte.

sustentam na estratégia do conhecimento mútuo entre as famílias, rompendo com a existência de qualquer impedimento (não há justificativa para a resistência) e influenciados pela oportunidade de reafirmação dos laços já estabelecidos que transformam inclusive os amigos de uma geração nos parentes da geração seguinte. Esse parâmetro confirma o interesse da geração atual em efetivar tais conexões, como da jovem quilombola de Santa Cruz que ao completar quinze anos recebeu a autorização dos pais, após a festa de debutantes (evento-ritual de passagem e apresentação ao seu círculo social), para namorar um jovem da comunidade do Tabuleiro. Uniões matrimoniais com sujeitos quilombolas do Sutil também são frequentes.

Com alguns sujeitos de São João, que se estabeleceram em Boituva-SP, o controle de fluxos de relacionamentos afetivos se efetiva com sujeitos locais (com índole assegurada por outros membros da rede), em uma estratégia de adaptação que faz com que sua rede social rapidamente se amplie localmente e se fortaleça com a integração na rede social de seus cônjuges, tornando o núcleo familiar de sustentação mais rígido.

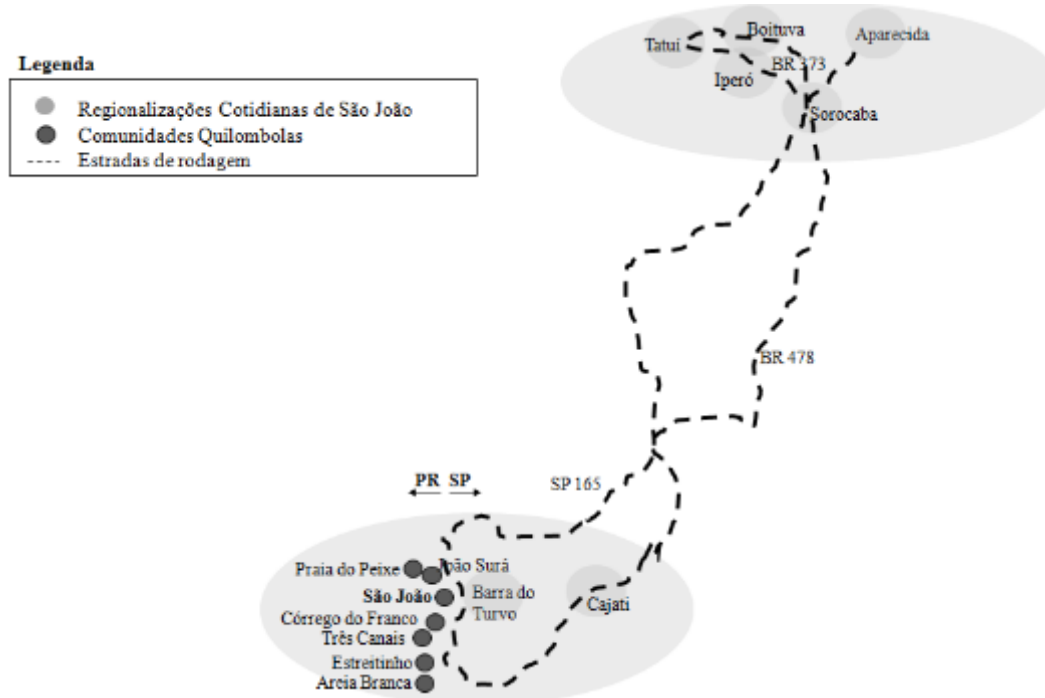
No entanto, pensando nos laços matrimoniais dos sujeitos quilombolas de São João que residem na comunidade, têm-se muitos casamentos entre parentes, com assentados e sujeitos externos da comunidade quilombola de Reginaldo e de Barra do Turvo-SP. A pouca potencialidade para tais entrelaçamentos na vizinhança projeta um fluxo de relacionamentos frágeis e instáveis entrecruzados pela dinâmica conflituosa de ocupação da área local. Tal dinâmica se efetiva, seja pela especulação na compra e venda das terras devolutas com rodízio intenso de fazendeiros, sitiantes e grileiros, ou ainda pela presença de uma área de preservação permanente que além de reassentar famílias dentro da área da comunidade também é um atrativo constante para sujeitos externos com interesses econômicos, como palmiteiros e madeireiros. Os primeiros se utilizam de estratégias de expansão de suas propriedades com a implantação de cercas e criação de animais soltos sobre áreas quilombolas. As desconexões também ocorrem com os segundos, pois estes atuam em atividades de extração vegetal ilegal, andam fortemente armados nas trilhas que entrecortam a comunidade e no passado, por vezes, provocaram confusões para os quilombolas, que tiveram suas casas invadidas por policiais.

Laços de compadresco e apadrinhamento efetivados pelos sujeitos de Santa Cruz (em São João não há) projetam um ramo familiar que ativa um fluxo mais internalizado ao entrelaça-se entre si e com o outro ramo familiar, tendo um fluxo incipiente externo. A

conexão externa na sua maioria reforça os laços de parentesco, e de forma menos expressiva os laços de amizade/afinidade e vizinhança com um fluxo para: Irati-PR, Ponta Grossa-PR, Rebouças-PR, Curitiba-PR, comunidade quilombola do Sutil e comunidade do Tabuleiro. Já o outro ramo familiar ativa um fluxo totalmente externo, porém reforçando na maioria dos casos pelos laços parentais existentes. Nos demais casos se tratam de laços de amizade/afinidade e vizinhança. Suas vinculações conecta-os com Ponta Grossa-PR, Palmeira-PR, Curitiba-PR, São Paulo-SP, colônia do Lago, colônia Quero-Quero, comunidade quilombola do Sutil, comunidade do Tabuleiro e vila rural de Guaragi (TOMASI, 2013). Uma particularidade destas ligações por apadrinhamento e compadrio é o caráter múltiplo dos laços entre os sujeitos quilombolas e sujeitos externos, muitas vezes o próprio laço de compadrio e apadrinhamento é reforçado com novos convites para batismo ou casamento.

Os processos regionalizadores dos sujeitos de São João (FIGURA 04) são acionados quase exclusivamente pela articulação com espaços urbanos alocados em municípios paulistas, como os vínculos religiosos com as igrejas evangélicas de Barra do Turvo-SP, Cajati-SP e Boituva-SP, bem como, os fluxos migratórios para Boituva-SP, Sorocaba-SP, Tatuí-SP, Cajati-SP e Barra do Turvo-SP. Vínculos sociais também se estruturam principalmente com estes municípios paulistas. São os vínculos políticos com as lideranças quilombolas das comunidades paranaenses que dão abertura para conectar espaços paranaenses. Para os sujeitos de São João a articulação espacial projeta-se no entrecruzamento de espaços descontínuos relativamente distantes e espaços fragmentados próximos. A vizinhança imediata não representa um espaço de articulação social ativa.

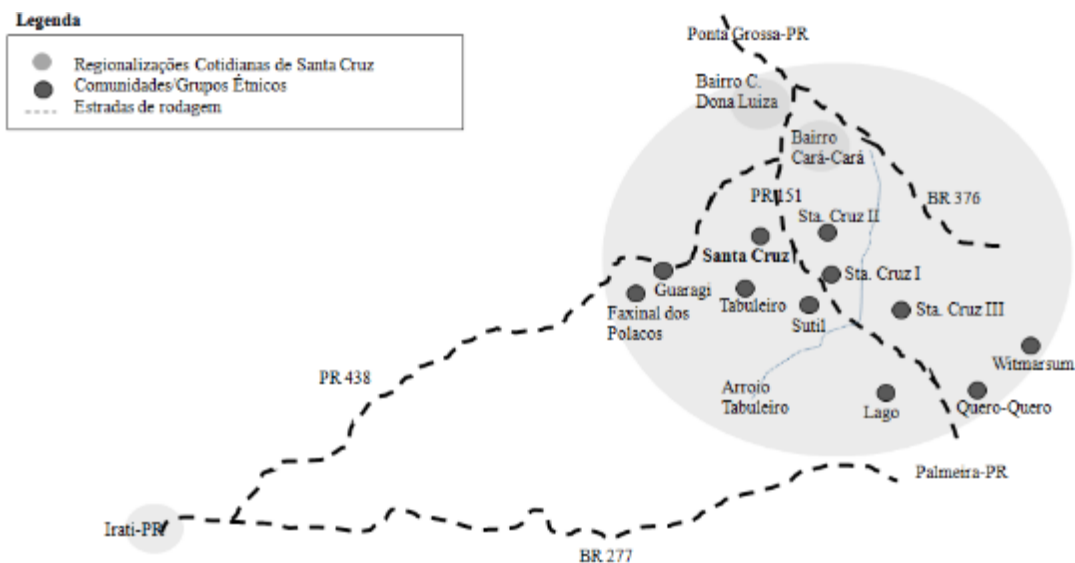
Figura 04 – Regionalização cotidiana dos sujeitos quilombolas de São João – Adrianópolis/PR



Org.: As autoras.

A condensação social dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz faz com que seus processos regionalizadores se restrinjam à fragmentação de espaços do meio social imediato ocupados pela presença múltipla de grupos étnicos, migração de quilombolas da comunidade para bairros periurbanos de Ponta Grossa-PR e, de forma mais distanciada, a convivência intensa com parentes do município de Irati-PR ou Curitiba-PR. Contudo, os processos regionalizadores dos sujeitos de Santa Cruz (FIGURA 05), apesar de não terem limites definidos no espaço, projetam-se muito mais por espaços fragmentados locais que compõe uma área circunvizinha com um número relativamente grande de sujeitos sociais que se conhecem desde a infância. Assim, observa-se que as relações passam de geração a geração e algumas delas se equivalem à de parentesco.

Figura 05 – Regionalização cotidiana dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz – Ponta Grossa/PR



Org.: As autoras.

Articulam-se espaços tanto para manter laços de uma rede quanto por desconexão a outros e os seus arranjos projeta uma vivência quilombola que necessita de espaços “para além das comunidades”, os quais os ajudam a superar dissonâncias expressivas com a sociedade ampla.

Considerações Finais

As redes sociais são para os quilombolas de São João e Santa Cruz a oportunidade que potencializa sua sobrevivência e resistência. Ao permitir uma mobilidade espacial mais ampla, abrem-se novos espaços de interação (mas não de forma aleatória), pois se convertem espaços distantes/descontínuos em espaços conhecidos, feitos, construídos e articulados. As novas possibilidades de conexões, encontros e lugares, dinamiza as rotinas da vida cotidiana, redefine a escala da vida quilombola e facilita a tomada de espaço por estes sujeitos sociais em vez de contê-los em locais prescritos. Uma maior mobilidade aumenta as possibilidades de comunicação, organização, reunião social e política. Uma rede com um grau de dispersão comedido, ligada por laços consistentes (parentesco, compadrio, amizade/afinidade, afetivo/matrimonial) aos mesmos espaços fragmentados (próximos/distantes, contínuos/descontínuos), apresenta-se como uma espinha dorsal, aumentando a segurança e as oportunidades (econômicas, sociais, afetivas), bem como, intensificando a organização política destes.

Assim, o fluxo contínuo de desfazer e estabelecer relações, práticas e interações sociais distintas e diferenciadas observado na vivência dos sujeitos quilombolas de Santa Cruz (Ponta Grossa-PR) e São João (Adrianópolis-PR) com outros sujeitos sociais, quilombolas e não-quilombolas, constrói suas regionalizações cotidianas. Conclui-se, portanto, que a região/regionalização é um elemento do processo espacial, de especializar e articular em redes suas espacialidades.

Referências

ANJOS, R. S. A. **Quilombolas**: Tradições e cultura da resistência. São Paulo: Aori Comunicação, 2006.

_____. **Quilombos**: Geografia Africana – Cartografia Étnica – Territórios Tradicionais. Brasília: Mapas Editora & Consultoria, 2009.

ALMEIDA, M. G. de. Territórios e identidades dos Kalunga de Goiás. In: ALMEIDA, M. G. de (org.) **O território e a comunidade Kalunga**: quilombolas em diversos olhares. Goiânia: Gráfica UFG, 2015. p. 45-68.

ARRUTI, J. M. **Mocambo**: Antropologia e História do processo de formação quilombola. Bauru/São Paulo: Edusc, 2006. 368 p.

BOTT, E. **Família e Rede Social**. Rio de Janeiro: Livraria Francisco Alves Editora S. A., 1976. 320 p.

BRASIL. **Decreto nº 4.887, de 20 de novembro de 2003**. Regulamenta o procedimento para identificação, reconhecimento, delimitação, demarcação e titulação das terras ocupadas por remanescentes das comunidades dos quilombos. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/decreto/2003/d4887.htm>. Acesso em: 15 jun. 2015.

CARRIL, L. **Terras de Negros**: Herança de quilombos. São Paulo: Scipione, 1997.

GOFFMAN, E. **Comportamento em lugares públicos**: notas sobre a organização social dos ajuntamentos. Petrópolis: Editora Vozes, 2010. 263 p.

_____. **Os quadros da experiência social**: uma perspectiva de análise. Petrópolis: Editora Vozes, 2012. 716p.

HAESBAERT, R. **Regional-global**: Dilemas da Região e da Regionalização na Geografia Contemporânea. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2010. 208p.

_____. **Viver no limite**: território e multi/transterritorialidade em tempos de in-segurança e contenção. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2014.

LÖW, M. O spatial turn: para uma sociologia do espaço. **Tempo Social: Revista de sociologia da USP**, v. 25, n. 2, p. 17-34, 2013.

LÖWEN SAHR, C. L. et al. **Geograficidades quilombolas**: Estudo etnográfico da Comunidade de São João – Adrianópolis/PR. Ponta Grossa: Editora UEPG, 2011. 208 p.

MARANDOLA, E. J. Ação e intencionalidade na geografia social de Benno Werlen. **IV Seminário de Trabalho do Grupo de Pesquisa Geografia Humanista Cultural 24 a 27 de Outubro de 2013** – Niterói, Rio de Janeiro, p. 24, 2013.

MASSEY, D. **Pelo espaço**: uma nova política da espacialidade. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2008. 311 p.

SMITH, N. Contornos de uma política espacializada: veículos dos sem-teto e produção de escala geográfica. In: ARANTES, A. (Org.). **O espaço da diferença**. Campinas: Papiрус, 2000. p. 132-75.

SKOCPOL, T.; SOMERS, M. R. The Uses of Comparative History in Macrosocial Inquiry. **Comparative Studies in Society and History**, v. 22, n. 2, p. 174-197. 1980.

SLUZKI, C. E. **A rede social na prática sistêmica**: Alternativas Terapêuticas. São Paulo: Casa do Psicólogo, 1997. 145p.

SOUZA, M. L. de. **Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial**. Rio de Janeiro: Bertrand Brasil, 2013. 320 p.

TOMASI, T.; LÖWEN SAHR, C. L.; SAHR, W. O quilombo e suas “transgressões” étnico-religiosas: um estudo de Geografia Social na perspectiva goffmaniana. **Revista Geograficidade**, Niterói. v. 6, n. 1, p. 59-78, 2016.

WERLEN, B. Regionalismo e sociedade política. **Revista Geographia**, n. 4, a. 2, p. 7-25, 2000.